



PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
PRSTM*/SEPRE/AGEST/SPLAM

ATA DA 2ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE) DE 2023

Aos vinte e nove dias do mês de novembro de dois mil e vinte e três, às quatorze horas e trinta minutos, realizou-se a segunda Reunião da Análise Estratégica (RAE) de 2023, a fim de apresentar a situação atual da Carteira de Projetos Estratégicos (CPE) da Justiça Militar da União (JMU), propostas de inclusão de novos projetos na CPE, revisão de indicador estratégico e tratar do Encontro Nacional do Poder Judiciário. Presentes o Ministro-Presidente do Superior Tribunal Militar (STM), Ten Brig Ar Francisco Joseli Parente Camelo; o Diretor-Geral da Secretaria do STM, José Carlos Nader Motta; a Diretora de Documentação e Gestão do Conhecimento, Maria Juvani Lima Borges; a Coordenadora de Gestão do Conhecimento, Luciana Lopes Humig; a Assessora de Gestão Estratégica e Inovação (AGEST), Raissa Fernandes Marinho; a Assessora I da Assessoria de Gestão Estratégica e Inovação, Ingrid Vallenich e o Chefe da Seção de Planejamento e Monitoramento da Estratégia (SPLAM), José Henrique de Sousa Nascimento. 1) Abertura dos trabalhos: a reunião foi aberta pelo Ministro-Presidente, que passou a palavra para a Assessora da AGEST, Raissa Fernandes, a qual apresentou a pauta proposta para a RAE. 2) Explanação acerca da CPE: dando continuidade à sua apresentação, a Assessora deu início à exposição do percentual de execução dos projetos que compõem a CPE tratou do encerramento do projeto PRODESC - Descrição Documental do Acervo Arquivístico da JMU, com as entregas previstas e os pontos positivos do projeto. Seguindo para a pauta deliberativa da reunião, a respeito do projeto Doc Digital, a assessora expôs a necessidade da divisão do projeto em dois. O Doc Digital continua, mantendo a sua data de encerramento para o primeiro semestre de 2024, sendo criado um novo projeto para tratar da Restauração do Acervo Histórico do STM. O Ministro-Presidente aprovou as sugestões para o projeto. Para mais uma deliberação, foi abordada a necessidade de inclusão de dois novos projetos na CPE: "JMU + Transparente" e "Simplifica JMU". O projeto JMU + Transparente tem como objetivo melhorar o desempenho no Ranking de Transparência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e cumprir com as legislações pertinentes ao tema, impactando positivamente a imagem da JMU perante a sociedade. Já o projeto Simplifica JMU traz a necessidade de adotar uma linguagem simples, clara e inclusiva, entre a JMU, a sociedade e o jurisdicionado, tendo como objetivos transmitir informações de maneira fácil, objetiva e inclusiva, facilitar o entendimento e o acesso da sociedade aos serviços prestados pela JMU e diminuir o tempo gasto pelos servidores com análise de documentos. A inclusão dos projetos na CPE foi aprovada pelo Ministro-Presidente, encerrando o tópico acerca da Carteira de Projetos. Dessa forma, a assessora Raissa Fernandes passou para o item de pauta a respeito da revisão das metas do indicador estratégico "Extinção da Punibilidade

por Prescrição". A proposta é que as metas do STM passem a ser: 2023 - 3%; 2024 - 3%; 2025 - 2% e 2026 - 1%. Para as Auditorias, as metas seriam: 2023 - 8%; 2024 - 7%; 2025 - 6% e 2026 - 5%. As alterações propostas foram aprovadas pelo Ministro-Presidente. Abrindo o último item da pauta, a assessora abordou o Encontro Nacional do Poder Judiciário e das metas nacionais para o ano de 2024, a serem abordadas na reunião: Meta Nacional 2 - Julgar processos mais antigos. Identificar e julgar, até 31/12/2024, todos os processos de conhecimento pendentes de julgamento há 5 anos (2019) ou mais e 95% dos processos distribuídos até 31/12/2021 nas Auditorias e 99% dos processos distribuídos até 31/12/2022 no Superior Tribunal Militar; Meta Nacional 4 - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a Administração Pública, à improbidade administrativa Identificar e julgar, até 31/12/2024, todos os processos de conhecimento pendentes de julgamento há 5 anos (2019) ou mais e 95% dos processos distribuídos até 31/12/2021 nas Auditorias e 99% dos processos distribuídos até 31/12/2022 no Superior Tribunal Militar; Meta Nacional 5 - Reduzir a taxa de congestionamento Reduzir, no mínimo, em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida na fase de conhecimento no 1º grau, em relação a 2023; Meta Nacional 9 - Estimular a inovação no Poder Judiciário. Implantar, no ano de 2024, dois projetos oriundos do laboratório de inovação, cujo desenvolvimento tenha participado pelo menos um laboratório de outro tribunal, com avaliação de benefícios à sociedade e relacionados à Agenda 2030. Tratando das metas específicas: Meta Específica 1 - Celeridade Julgar, em até 180 dias corridos, 60% dos processos originários e em grau de recurso no STM; Meta Específica 2 - Divulgação da Justiça Militar Realizar ações de divulgação à sociedade referentes às funções e às atividades da Justiça Militar no ano de 2024, sendo 50 ações no Superior Tribunal Militar e 2 ações por Auditoria em CJM em que não houver foro e 4 por CJM em que houver. Após sua apresentação, a assessora da AGEST agradeceu a atenção do Ministro-Presidente e devolveu-lhe a palavra. Nada mais havendo a ser tratado, o Ministro-Presidente agradeceu a presença de todos, declarando a reunião encerrada quinze horas e trinta minutos.



Documento assinado eletronicamente por **RAISSA FERNANDES MARINHO, ACESSORA DE GESTÃO ESTRATÉGICA E INOVAÇÃO**, em 22/01/2024, às 15:03 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JOSE HENRIQUE DE SOUSA NASCIMENTO, FISCAL ADMINISTRATIVO**, em 23/01/2024, às 15:09 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARIA JUVANI LIMA BORGES, DIRETORA DE DOCUMENTAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO**, em 30/01/2024, às 17:51 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ CARLOS NADER MOTTA, DIRETOR-GERAL**, em 30/01/2024, às 19:34 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ FERNANDES DE OLIVEIRA, SECRETARIO-GERAL DA PRESIDÊNCIA**, em 27/02/2024, às 19:45 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO JOSELI PARENTE CAMELO, MINISTRO-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR**, em 27/02/2024, às 19:46 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.stm.jus.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **3509415** e o código CRC **040DACB5**.

3509415v8